

A sociedade civil e o Judiciário

Roberto Ferrari de Ulhôa Cintra

Artigo Publicado na Revista Consulex, em 30/04/2007

Nos últimos dez anos, foram julgados pela Justiça Comum de São Paulo (excluídos, portanto, os números atinentes à Justiça do Trabalho e à Justiça Federal) cerca de 40 milhões de processos.

Na pesquisa que realizei para elaborar a tese de doutorado, que recém defendi, (e que foi aprovada) junto à Faculdade de Direito da USP e que foi orientada pelo hoje Ministro do STF, Enrique Ricardo Lewandowski, apurei que dos 40 milhões de processos, aproximadamente 50% correspondem a ações cujo principal interessado é o Fisco paulista (executivos fiscais); 37% daquele total (14.8 milhões) são ações cíveis, e o restante (13% – 5.2 milhões), ações criminais ou que dizem respeito à infância.

Detenhamo-nos nas ações cíveis (14.8 milhões) e notaremos que são elas movidas porque as partes, “autor e réu”, não se compuseram a respeito de controvérsia ligada a seus “direitos patrimoniais disponíveis”. Sabemos que os “direitos patrimoniais disponíveis”, ou simplesmente “direitos disponíveis”, são aqueles cujos detentores podem deles dispor livremente, até abrindo mão de seus direitos, caso isso venha a lhes interessar.

De uns anos a essa parte, pode-se observar o desenvolvimento, de forma autônoma, nas variadas instâncias da sociedade civil, de diferentes patamares nos quais os conflitantes podem encontrar a solução de seus conflitos. Chamarei a esta série de etapas ou degraus de “Pirâmide da Solução dos Conflitos”, onde apurei que os agentes da sociedade procuram pacificamente resolver seus conflitos em 12 diferentes patamares. Desses, apenas dois se encontram no Poder Judiciário. Os demais agentes, a quem denomino pacificadores, moderadores, mediadores, árbitros e conciliadores, estão agora melhor se posicionando e “oferecendo” serviços especializados, visando a solução do conflito por composição das partes e não mais pela frieza da sentença.

Lembre-mo-nos de que, na busca do judiciário, quase sempre uma parte perde em benefício da outra (quando não perdem as duas partes), resultado de uma sentença transitada em julgado, após longos e longos anos de espera. Desta “oferta” de soluções diversas, que não a “sentença judicial”, passou a participar o próprio Poder Judiciário, que, após experimentos, em boa hora realizados por tribunais estaduais em todo o País, inclusive em São Paulo, está também priorizando a mediação e a conciliação (Ver Provimento nº 953, de 09.08.05, do Conselho Superior de Magistratura).

Vamos tentar exprimir muito sucintamente o que podemos verificar nessa nossa “Pirâmide”. Vejamos se o leitor conseguirá, não sem algum esforço, visualizar, num vôo de pássaro, aquilo que dissertei em 200 páginas de tese acadêmica.

No primeiro patamar da nossa “Pirâmide”, encontra-se a “intimidade do cidadão”, momento em que o contendor internaliza o conflito podendo, aqui, desistir ou prosseguir em suas intenções beligerantes. Se insiste em solucioná-lo, uma vez que não se pacificou, submete-o à “negociação” (segunda etapa da nossa Pirâmide). Eis quando procura diretamente (sem o auxílio de terceiro) a outra parte e propõe algum tipo de acordo. Não tendo tido sucesso na empreitada, submete o conflito à opinião e crítica do seu “núcleo familiar” (terceiro degrau da Pirâmide) e dele recebe importantes subsídios para orientá-lo. Mais um vez, o conflito no seu íntimo pode se pacificar ou agudizar. Caso insista em seu pleito, o conflitante buscará a solução no andar superior – o quarto degrau –, uma nova etapa para tentar encontrar a solução, e é pois nesta etapa que surge o “pacificador”, o qual, encontrado nas estruturas já existentes na sociedade, trata de pacificar o conflito. Há, aqui, uma infinidade de agentes sociais que contribuem para a solução do conflito: o cidadão de respeito, o líder de bairro, o síndico do edifício, o ouvidor/*ombudsman* etc., que se incumbem gratuitamente de pacificar o conflito.

Até aqui aquele que vive o conflito é movido pela lei da economia de gastos. Tentou resolvê-lo sem qualquer dispêndio. Se não logrou resultado, vai ao quinto patamar. Lá operam os “moderadores”, profissionais com tirocínio e tarimba que, consultados por aquele que vive o conflito, sabem dele expungir seus aspectos mais graves, “moderando” a controvérsia, simplificando-a, contribuindo assim para a redução de sua gravidade e de seu potencial explosivo. O resultado será a serenização dos ânimos, refluindo o conflito.

No sexto degrau, encontraremos os “mediadores”. Talvez aqui as duas partes envolvidas em um conflito consigam se compor, já que a mediação é realizada com o auxílio de um profissional (que pode ser, ou não, o advogado).

Subindo mais um degrau, caso o conflito ainda não esteja resolvido, atingimos a sétima fase de nossa “Pirâmide”, onde encontramos a figura do “árbitro”, que é chamado quando o texto de um contrato prevê esta solução, na hipótese de as partes se desentenderem quando da gestão desse mesmo contrato. (Tal figura é disciplinada pela Lei nº 9.307/96).

Ainda uma vez, o conflito sobe, eis que não se pacificou abaixo, para um outro degrau – o oitavo –, quando os juizados especiais cíveis, através de seus juizes e conciliadores, tratam de resolver a questão. Defendo que aqui se deva dar a “municipalização da justiça”, tal como já existe a municipalização da saúde ou da educação, momento em que a controvérsia ou, melhor dizendo, o “feito” será apaziguado pelo “juiz de paz municipal”, que exerce um trabalho de natureza conciliadora, como já preceituado na Constituição de 1988 (embora ainda não

efetivado), bem como nas Constituições anteriores (1924, 1934, 1937, 1946, 1969).

Se o conflito não foi até aqui solucionado, quer pelos escalões da sociedade civil quer por ação dos “juizados especiais cíveis” e de seus “conciliadores”, poderá vir a ser solucionado pela decisão do juiz singular (primeira instância), mas, ainda assim, haverá oportunidade de “conciliação” – nosso nono degrau – tarefa “terceirizada” a profissionais (de vários campos das ciências) que, gratuitamente, se oferecem aos juizes singulares para auxiliá-los. Tal atividade vinha sendo realizada através de formas experimentais e, agora, de modo definitivo (Provimento nº 953, de 09.08.05, do Conselho Superior de Magistratura).

Se não houver conciliação, o juiz singular sentencia – eis o décimo degrau. E, caso as partes não aceitem a sentença, sobe o feito ao tribunal para revisão, quando câmaras de juizes (desembargadores) deverão proferir “acórdãos”. Antes que esse julgamento possa ocorrer, haverá mais uma oportunidade de conciliação (décima primeira fase), que será exercida por juizes e procuradores aposentados, profissionais provectoros e demais autoridades. (Vide Provimento do Conselho Superior da Magistratura nº 819, de 31.07.03). Surge, finalmente, o décimo segundo andar de nossa “Pirâmide” – a decisão em “segunda instância” –, quando desembargadores proferem a decisão na ação cuja pacificação foi absolutamente impossível, mas certamente as partes ficarão inimigas por longos e longos anos.

Como vimos, erguemo-nos nesta “Pirâmide da Solução dos Conflitos” do patamar mais baixo – a “intimidade do cidadão” – até o mais alto, a decisão em “segunda instância”. São 12 degraus e a sociedade civil ocupou 10 deles, enquanto o Judiciário ocupou apenas dois.

Isto é o que detectamos: a sociedade civil vem assumindo maiores responsabilidades no sentido de apaziguar os conflitos criados no seio da própria sociedade. O princípio que autoriza tal desempenho da sociedade civil é o “Princípio da Subsidiariedade”, que determina que o Estado só deve fazer o que a sociedade não quer fazer (ou não pode). E, mediante a efetivação dos institutos já citados: a pacificação, a moderação, a mediação, a arbitragem e a conciliação, enfim, com o cabal funcionamento da “Pirâmide da Solução dos Conflitos”, a sociedade está mostrando sua disposição em apaziguar as brigas geradas no seu seio, deixando ao Judiciário, com sua sentença, os casos absolutamente insolúveis por acordo.

ROBERTO FERRARI DE ULHÔA CINTRA é Advogado em São Paulo e Doutor em Direito pela USP.